

# GUIA PRÁTICO

## BOLSA DE ESTUDO

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P



## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

Guia Prático – Bolsa de Estudo  
(4010 – v1.12)

### **PROPRIEDADE**

Instituto da Segurança Social, I.P.

### **AUTOR**

Departamento de Prestações e Contribuições

### **PAGINAÇÃO**

Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente

### **CONTACTOS**

Linha Segurança Social: **808 266 266** (n.º azul)

Estrangeiro: (+351) 210 495 280

Site: [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), consulte a Segurança Social Direta.

### **DATA DE PUBLICAÇÃO**

6 de agosto de 2014

## ÍNDICE

A – O que é? .....	4
B – Posso pedir? B1 – Quem tem direito? .....	4
B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber? .....	4
Não pode acumular com: .....	4
Pode acumular com: .....	5
C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar? .....	5
D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber? .....	6
Quanto se recebe? .....	6
Até quando se recebe? .....	6
A partir de quando se tem direito a receber? .....	6
D2 – Como posso receber? .....	6
D3 – Quais as minhas obrigações? .....	8
Apresentar os documentos pedidos pela Segurança Social .....	8
Declarar no prazo de 10 dias as alterações que possam influenciar a bolsa de estudo .....	8
D4 – Porque razões termina? .....	8
O pagamento da bolsa de estudo é interrompido se: .....	8
A bolsa de estudo termina quando: .....	9
E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável .....	9
E3 – Glossário .....	11
Perguntas Frequentes .....	11

## A – O que é?

É um apoio em dinheiro, pago mensalmente, para ajudar as famílias dos alunos com aproveitamento escolar no ensino secundário ou equivalente, que estejam no 1.º ou 2.º escalão do abono de família.

## B – Posso pedir? B1 – Quem tem direito?

### Quem tem direito à bolsa de estudo

#### Todos os alunos:

- titulares do abono de família para crianças e jovens do 1.º e 2.º escalão;
- de idade inferior a 18 anos<sup>(1)</sup>;
- matriculados e a frequentar o 10.º, 11.º ou 12.º ano de escolaridade ou equiparado;
- com aproveitamento escolar no ano letivo anterior;
- que não trabalhem.

**Notas:** <sup>(1)</sup> Se durante o ano letivo for atingida a idade de 18 anos, continua a haver direito à bolsa de estudo até ao fim desse ano letivo.

- A partir do ano letivo de 2010/2011 têm direito, para além dos alunos que se matriculam pela primeira vez no 10.º ano de escolaridade, os que se matriculam pela primeira vez no 11.º ano e que tenham recebido bolsa de estudo no ano anterior.

**Atenção:** Um jovem matriculado pela 1.ª vez no ensino secundário (10.º ano) ou equivalente e que no ano letivo em curso, não beneficia da bolsa de estudo por se encontrar no 3.º escalão ou superior, pode vir a ter direito no ano letivo seguinte se:

1. Passar para o 1.º ou 2.º escalão e transitar para o 11.º ano;
2. A situação da família se alterar e o *rendimento de referência* voltar a estar num dos escalões (1.º ou 2.º) que dão direito a receber bolsa de estudo.

- A partir do ano letivo de 2011/2012 têm também direito os que se matriculam pela primeira vez no 12.º ano ou equivalente e que tenham recebido bolsa de estudo no ano anterior.

## B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?

Não pode acumular com...

Pode acumular com...

#### Não pode acumular com:

- Subsídio de desemprego.

- Subsídio social de desemprego.
- Pensão social.
- Subsídio Mensal Vitalício.
- Subsídio Social Parental.

**Pode acumular com:**

- Abono de Família para Crianças e Jovens.
- Majoração do abono de família para famílias monoparentais
  - (se a criança ou jovem viver com um único adulto).
- Majoração do abono de família dos segundos, terceiros ou mais filhos
  - (para as crianças entre os 12 e os 36 meses, se houver mais do que uma criança).
- Abono de família pré-natal.
- Bonificação por deficiência.
- Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial.
- Subsídio por assistência de terceira pessoa.
- Subsídio de funeral.
- Rendimento social de inserção.
- Pensão de orfandade.

## **C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?**

**A bolsa de estudo não precisa de ser pedida.**

- Se estiver nas condições de atribuição da bolsa de estudo, a mesma vai ser paga juntamente com o abono de família para crianças e jovens.
- As condições de atribuição são verificadas através da prova escolar anual realizada para efeito de Abono de Família, a qual é normalmente obrigatória a partir do ano em que o jovem completa os 16 anos.

**Nos casos de alunos no ensino secundário que:**

- 1) Ainda não tenham 16 anos;
- 2) Sejam portadores de deficiência;

1) Os jovens com idade superior a 14 anos ou que completem os 14 anos até 31 de agosto de 2013, não estando obrigados a fazer a prova escolar para efeito de abono de família, devem fazê-la para efeito de atribuição de bolsa de estudo, se estiverem matriculados no 10.º, 11.º ou 12.º ano de escolaridade e caso se encontrem no 1.º ou no 2.º escalão do abono de família.

## D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?

Quanto se recebe?

Até quando se recebe?

A partir de quando se tem direito a receber?

### Quanto se recebe?

A bolsa de estudo é de valor igual ao abono de família para crianças e jovens do 1.º ou 2.º escalão que esteja a ser atribuído.

### Quadro 1 – Valores do abono de família e bolsa de estudo por cada criança ou jovem, pertencente ao 1.º e 2.º escalão de rendimentos

Escalões	Valor do abono de família	Valor da bolsa de estudo	Total a receber
1.º escalão Rendimentos até 2.934,54€ (inclusive)	35,19€	35,19€	70,38€
2.º escalão Rendimentos de 2.934,54€ a 5.869,08€	29,19€	29,19€	58,38€

### Quadro 2 – Valores do abono de família e bolsa de estudo por cada criança ou jovem, pertencente ao 1.º e 2.º escalão de rendimentos de famílias monoparentais (com um só adulto)

Escalões	Valor do abono de família	Valor da bolsa de estudo	Total a receber
1.º escalão Rendimentos até 2.934,54€ (inclusive)	42,23€	42,23€	84,46€
2.º escalão Rendimentos de 2.934,54€ a 5.869,08€	35,03€	35,03€	70,06€

### Até quando se recebe?

### A partir de quando se tem direito a receber?

Há direito à bolsa de estudo até ao fim do ano letivo em que se completa 18 anos de idade, desde que se mantenham as outras condições de atribuição (1.º e 2.º escalão do abono de família para crianças e jovens, aproveitamento escolar, matrícula e frequência do 10.º, 11.º e 12.º ano de escolaridade ou equivalente).

## D2 – Como posso receber? - ATUALIZADO

Pode receber através de:

- Transferência bancária.
- Vale de correio.

## Vale de correio

Os vales de correio podem ser levantados nos CTT ou depositados em instituições bancárias. Podem também ser endossados (passados ou transmitidos), sendo que só pode existir um endosso em cada vale emitido.

### **Para maior comodidade e segurança adira ao pagamento dos subsídios por transferência bancária.**

O dinheiro entra diretamente na sua conta bancária e fica disponível de imediato.

A Segurança Social garante um pagamento mais rápido, mais seguro, sem atrasos e extravios.

### **Como aderir ao pagamento por transferência bancária**

- **Pela Internet, no serviço Segurança Social Direta:**

- Aceda ao site da Segurança Social em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt).
- **Clique** em: “Segurança Social Direta”.
- Digite o **NISS** (Número de Identificação de Segurança Social) e a **Palavra-Chave**.
- No menu “Dados Identificação” **clique** em “Alterar Número de Identificação Bancária (NIB)”.
- Indique o seu **NIB**.

A alteração do NIB é registada de imediato no sistema de informação da Segurança Social Direta.

- **Preenchendo o modelo MG2-DGSS.**

Este Formulário/Modelo encontra-se disponível para impressão em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), no menu “Documentos e Formulários”. Deverá selecionar Formulários e no campo Pesquisa inserir número do formulário (**MG2-DGSS**) ou nome do modelo (**Pedido de Alteração de Morada ou de Outros Elementos**).

1. Junte um dos seguintes documentos comprovativos do seu **NIB**
  - Declaração bancária onde conste o seu **NIB**;
  - Fotocópia da primeira folha da caderneta bancária;
  - Fotocópia de um cheque em branco.
2. Junte também fotocópia de documento de identificação civil válido que tenha a sua assinatura (cartão de cidadão, bilhete de identidade, passaporte) para se verificar a autenticidade da assinatura.
3. Envie o formulário e os documentos (NIB e identificação) pelo correio para o Centro Distrital da Segurança Social da sua área de residência ou entregue-os diretamente num dos Serviços de Atendimento ao público.

Poderá consultar o mapa da rede de serviços de atendimento público em [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), no menu “A Segurança Social” **clique** em “serviços de atendimento”.

- **Pode também obter o formulário nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.**

### **D3 – Quais as minhas obrigações?**

Apresentar os documentos pedidos pela Segurança Social

Declarar no prazo de 10 dias as alterações que possam influenciar a bolsa de estudo

#### **Apresentar os documentos pedidos pela Segurança Social**

Tem de guardar durante 5 anos os documentos comprovativos de matrícula e apresentá-los só quando lhe forem expressamente pedidos.

#### **Declarar no prazo de 10 dias as alterações que possam influenciar a bolsa de estudo**

- Se durante o ano letivo o jovem deixar de estar matriculado e a frequentar o ensino secundário ou equivalente.
- Se o jovem começar a trabalhar. Nesse caso terá de preencher apenas o Modelo GF37-DGSS – Pedido de alteração de elementos – Prestações por encargos familiares., para declarar as alterações do agregado familiar para efeitos de abono. Deste modo, deixa de ter acesso ao abono e automaticamente à bolsa de estudo.
- Se o jovem deixar de trabalhar e voltar a estudar, terá de preencher o mesmo formulário de modo a declarar essa alteração, e assim recebe novamente a bolsa de estudo.

### **D4 – Porque razões termina?**

O pagamento da bolsa de estudo é interrompido se...

A bolsa de estudo termina quando...

#### **O pagamento da bolsa de estudo é interrompido se:**

- O jovem deixar de frequentar o ano letivo correspondente ao período de atribuição da bolsa.
- O jovem começar a trabalhar

#### **Pode voltar a receber se**

- Deixar de trabalhar e voltar a estudar.

**Nota:** Volta a receber no mês seguinte ao da apresentação da prova escolar à Segurança Social, desde que volte a reunir as condições para atribuição do abono de família e da bolsa de estudo.

Não é necessário apresentar novo requerimento, terá apenas de preencher o Modelo GF37-DGSS – Pedido de alteração de elementos – Prestações por encargos familiares.



### **Pode voltar a receber se**

- Se deixar de trabalhar e voltar a estudar.

**Nota:** Volta a receber no mês seguinte à apresentação da prova à Segurança Social.

### **A bolsa de estudo termina quando:**

- O jovem deixar de ser titular do abono de família para crianças e jovens.
- O jovem deixar de estar inserido em agregado familiar com rendimentos correspondentes ao 1.º e 2.º escalão do abono de família.
- O jovem deixar de estar matriculado e a frequentar o 10.º, 11.º e 12.º ano de escolaridade equivalente.
- O jovem atingir 18 anos de idade (nota: se for atingida a idade limite de 18 anos no decurso do ano letivo, mantém-se o direito à bolsa até ao fim desse ano letivo).
- O jovem não tiver aproveitamento escolar durante a frequência do ensino secundário ou nível de escolaridade equivalente.
- O jovem morre.

**Nota:** A atribuição da bolsa de estudo pressupõe aproveitamento escolar, se o jovem reprovar uma única vez, deixa de ter direito à bolsa de estudo nos anos letivos seguintes.

## **E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável**

No menu **Documentos e Formulários**, selecionar **Legislação** e no campo pesquisar inserir o **número/ano** do diploma.

### **Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro**

Orçamento do Estado para 2013 - Mantém o valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS), para o ano de 2013, em 419,22€.

### **Decreto-lei n.º 133/2012, de 27 de junho**

Altera os regimes jurídicos de proteção social nas eventualidades de doença, maternidade, paternidade e adoção e morte previstas no sistema previdencial, de encargos familiares do subsistema de proteção familiar e do rendimento social de inserção, o regime jurídico que regula a restituição de prestações indevidamente pagas e a lei da condição de recursos, no âmbito do sistema de Segurança Social, e o estatuto das pensões de sobrevivência e o regime jurídico de proteção social na eventualidade de maternidade, paternidade e adoção no âmbito do regime de proteção social convergente.

### **Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro - Pág. 5538 (73)**

Aprova o Orçamento de Estado para 2012. Suspende o regime de atualização do IAS.

**Portaria n.º 1113/2010, de 28 de outubro**

Fixa os novos montantes do abono de família.

**Decreto-lei n.º 116/2010, de 22 de outubro**

Cessa a atribuição do abono de família ao 4.º e 5.º escalões e elimina a majoração de 25% para o 1º e 2.º escalões.

**Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho**

Estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de proteção familiar e do subsistema de solidariedade.

**Decreto-Lei, n.º 323/2009, de 24 de dezembro**

Fixa o valor do Indexante de Apoios Sociais (IAS) para o ano de 2010 em 419,22€, mantendo-se assim, o mesmo valor de 2009.

**Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de agosto**

Cria a bolsa de estudo e procede à alteração à alteração do Decreto-lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, na redação dada pelos Decretos-Leis n.ºs 41/2006, de 21 de fevereiro, 87/2008 de 28 de maio, e 245/2008, de 18 de dezembro.

**Portaria n.º 1277/2007, de 27 de setembro**

Aprova o modelo de requerimento do abono de família pré-natal e do abono de família para crianças e jovens.

**Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro**

Aprova as bases gerais do sistema de Segurança Social.

**Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro**

Cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de atualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de Segurança Social.

**Portaria n.º 458/2006, de 18 de maio**

Fixa as condições para os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal serem considerados equiparados a residentes para efeitos de atribuição das prestações familiares, nos termos do Decreto-Lei n.º 41/2006, de 21 de fevereiro.

**Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto**

Institui o abono de família para crianças e jovens e define a proteção na eventualidade de encargos

familiares no âmbito do subsistema de proteção familiar e 133/2012, de 27 de junho Regime jurídico da proteção nos encargos familiares.

**Regulamento (CEE) 1408/71 do Conselho, de 14 de junho**

Aplicação dos Regimes da Segurança Social aos trabalhadores assalariados e aos membros da sua família que se deslocam no interior da comunidade.

**Regulamento (CEE) 574/72 do Conselho, de 21 de março**

Estabelece as modalidades de aplicação do Regulamento (CEE) 1408/71.

## **E3 – Glossário**

***Ano letivo***

Corresponde ao período em que decorrem as aulas (ex.: ano de 2009/2010).

***Ano escola***

Corresponde ao nível de ensino (ex.: 9.º ano, 10.º ano, etc.).

***Equivalente ao Ensino secundário***

VER “Perguntas Frequentes”.

## **Perguntas Frequentes**

**Como é que se determina o nível de ensino a que corresponde um curso de formação profissional?**

Depende do grau de escolaridade necessário para entrar para o curso:

- Se não for preciso ter o 9º ano, o curso equivale ao ensino básico.
- Se for preciso ter o 9º ano, o curso equivale ao ensino secundário.
- Se for preciso ter o 12º ano, o curso equivale ao ensino superior.